

---

## MESTIÇAGEM E TEMPORALIDADE NO BRASIL MESTIÇO DE SÍLVIO ROMERO NO FINAL DO SÉCULO XIX

### *MISCEGENATION AND TEMPORALITY IN SÍLVIO ROMERO'S BRAZIL MESTIÇO AT THE END OF THE 19<sup>TH</sup> CENTURY*

MARIA ELISA NORONHA DE SÁ

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-Rio

[mais@puc-rio.br](mailto:mais@puc-rio.br)

---

**Resumen:** A proposta deste artigo é pensar, no âmbito da história intelectual, o conceito de *mestiçagem* e as diversas experiências de temporalidade a ele associadas nos textos do letrado brasileiro Sílvio Romero, em especial em seu livro *História da Literatura Brasileira*, publicado em 1888. Estes textos se configuram como diagnósticos sobre o Brasil e o continente americano naquele final do século XIX, quando os conceitos de raça e mestiçagem ganham centralidade com o cientificismo oitocentista e as novas teorias raciais. Associada quase sempre às ideias de decadência e degeneração, a mestiçagem impõe-se então como tema central, remetendo a impasses e questionamentos cruciais diante do dilema de conciliar uma realidade social de ampla miscigenação, com a crença na civilização como valor essencial e necessário à construção de uma nação e de seu povo. Pretendo salientar como a temporalização do conceito de mestiçagem aparece neste texto, a partir da análise das diversas experiências temporais a ele identificadas, relacionadas à uma concepção moderna de tempo histórico linear e do progresso.

**Palavras-chave:** Mestiçagem, Raça, Brasil, Século XIX, Temporalidade, Sílvio Romero.

**Abstract:** The purpose of this article is to think, within the scope of intellectual history, about the concept of *miscegenation* and the various experiences of *temporality* associated with it in the texts of the Brazilian scholar Sílvio Romero, especially in his book *História da Literatura Brasileira*, published in 1888. These texts are configured as diagnoses about Brazil and the American continent at the end of the 19th century, when the concepts of race and *miscegenation* gained centrality with nineteenth-century scientism and new racial theories. Almost always associated with the ideas of decadence and degeneration, *miscegenation* then imposes itself as a central theme, leading to impasses and crucial questions faced with the dilemma of reconciling a social reality of widespread *miscegenation*, with the belief in civilization as an essential and necessary value for the construction of a nation and its people. I intend to highlight how the temporalization of the concept of *miscegenation* appears in this text, based on the analysis of the various temporal experiences identified with it, related to a modern conception of linear historical time and progress.

**Keywords:** *Miscegenation*, Race, Brazil, 19th century, *Temporality*, Sílvio Romero.

*Todo brasileiro é um mestiço,  
quando não no sangue, nas ideias.*  
(ROMERO, 1883, 7)

## 1.- Introdução

A proposta deste artigo é pensar, no âmbito da história intelectual, o conceito de *mestiçagem* e as diversas experiências de temporalidade a ele associadas nos textos do letrado brasileiro Sílvio Romero<sup>1</sup>, em especial em seu livro *História da Literatura Brasileira*, publicado em 1888<sup>2</sup>. Estes textos se configuram como diagnósticos sobre o Brasil e o continente americano naquele final do século XIX, quando os conceitos de raça e mestiçagem ganham centralidade com o cientificismo oitocentista e as novas teorias raciais que combinavam antropologia, fisiologia, evolucionismo e métodos antropométricos. Depois de mais de meio século de experiências de construção destas nações americanas, os diagnósticos e projeções se concentrarão no papel das raças e da sua determinação no grau de civilização a ser alcançado. Este é um momento no qual as Américas se destacam como um grande laboratório, lugar privilegiado de interação biológica, social e cultural entre os diversos grupos que compunham aquelas sociedades, conformando um radical processo de racialização<sup>3</sup>. Pretendo salientar a temporalização do conceito de *mestiçagem*, a partir das diversas experiências temporais a ele identificadas, como progresso, atraso, assimetria, etc, relacionadas à uma concepção moderna de tempo histórico linear e do progresso<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> A grafia do nome do autor, Sylvio Romero, foi mantida nas notas de rodapé e na bibliografia conforme aparece nas edições originais utilizadas. Ao longo do texto foi utilizada a grafia Sílvio Romero conforme o português atualizado.

<sup>2</sup> ROMERO, Sylvio: *História da literatura brasileira* (2ª ed.), Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902. Também serão analisados os seguintes textos e livros: ROMERO, Sylvio: *Introdução à história da literatura brasileira* (1º vol), Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882; ROMERO, Sylvio: *Passe recibo. Réplica a Theophilo Braga*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904; ROMERO, Sylvio: *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*, Rio de Janeiro, Typographia Laemmert & C., 1888.

<sup>3</sup> Racialização entendida aqui como um processo por meio do qual a ideia de raça como uma categoria física foi utilizada socialmente para organizar percepções sobre as populações do mundo. Ver: BANTON, Michael: *A ideia de raça*, Lisboa, Edições 70, 2010; HOFBAUER, Andreas: *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*, São Paulo, UNESP, 2006; MUNANGA, Kabengele: *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus identidade negra* (5ª ed.), Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2020.

<sup>4</sup> Sabemos que toda obra com a vastidão e diversidade de temas como a de um autor como Sílvio Romero, traz em si ambiguidades, incoerências e mutações em suas ideias e significados. Neste sentido não há nenhuma intenção de buscar uma coerência interna nos significados atribuídos ao conceito de

Nesses diagnósticos, a diversidade racial, a mestiçagem e o caráter híbrido de nossa sociedade eram tomados como fatos constitutivos de sua formação como nação, e eram geralmente avaliados como obstáculos a serem superados por uma intelectualidade disposta a alcançar a civilização e o progresso. Havia também, contudo, os que questionavam e denunciavam os argumentos racistas, notadamente no que dizia respeito à condenação desses traços. Associada quase sempre às ideias de decadência e degeneração, a mestiçagem impôs-se assim como tema central, remetendo a impasses e questionamentos cruciais diante do dilema de conciliar uma realidade social de ampla miscigenação, com a crença na civilização como valor essencial e necessário à construção de uma nação e de seu povo. O dilema estava colocado: estaria essa América mestiça, e nela o Brasil, condenados à barbárie, comprometendo irremediavelmente qualquer esforço de civilização, como afirmavam muitos dos autores que haviam nos visitado, como Agassiz e Gobineau? Ou seria possível por meio do branqueamento e da imigração ingressar no caminho da regeneração, do progresso e da civilização?

A escolha por enfatizar dentre a vasta obra de Sílvio Romero o livro *História da Literatura Brasileira*, justifica-se por algumas razões. Primeiro pelo reconhecimento de seu caráter inovador no momento mesmo em foi publicado: tratava-se de uma análise que, além de utilizar um instrumental que se pretendia e era visto como científico à época, buscava trazer fatores extra-literários para a realização da análise de obras literárias. Seu impacto e importância foram reconhecidos ao longo dos tempos, sendo trabalhada e citada como a “obra mestra” do autor. Importa salientar ainda o interesse em lançar luz neste artigo em uma obra que dialogasse diretamente com o momento de sua publicação, os tumultuados anos 1880, no Brasil e no mundo<sup>5</sup>.

---

mestiçagem, que variaram não só no interior do livro analisado, como ao longo de sua obra. Ver SKINNER, Quentin: “Significado y comprensión en la historia de las ideas”, in *Lenguaje, política e História*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2007. Em especial valem as observações de Skinner ao que ele chama de “mitologia da coerência”.

<sup>5</sup> Seu livro *Introdução à História da Literatura Brasileira* (1882) e *História da Literatura Brasileira* (1888) foram escritos com seis anos de diferença, o primeiro podendo ser considerado como uma espécie de primeiros contornos do segundo. Diversos capítulos se mantiveram intocados, como foi o caso das preliminares da Introdução que se tornaram capítulo I na História da Literatura. Por outro lado, a ordem dos capítulos sofreu alterações e novas partes foram acrescentadas ao texto, como o capítulo “Theorias da História do Brasil”<sup>5</sup> que não existia no Introdução. Chamo atenção para a divisão da história da literatura nacional em quatro grandes momentos, que aparece nas duas obras. Os três primeiros momentos se mantiveram idênticos “período de formação (1500-1750)”, “período de desenvolvimento autônomo (1750-1822)”, “período de transformação romântica (1822-1870)”. O quarto e, no contexto das publicações, o último, seria justamente o presente da geração de 1870. No “Introdução à História da Literatura Brasileira” de 1882, Romero se refere ao seu período como “período de reação positiva (de 1870 em diante)”. Faz

## 2.- Mestiçagem, um conceito problemático

Como todo conceito, *mestiçagem* é um conceito polissêmico e que tem uma história. Em princípio, ele pode ser pensado como um fenômeno universal, “como uma troca ou fluxo de genes de intensidade e duração variáveis entre populações mais ou menos contrastadas biologicamente”<sup>6</sup>, ou então como “um fato inegável, um fenômeno histórico comum, uma duradoura promiscuidade histórica” na original análise de Mauricio Tenório em seu livro “*Elogio de la impureza*”<sup>7</sup>. Mas, desse significado mais geral que parte de um ponto de vista “populacionista”, chega-se a outros significados mais problemáticos e com profundas implicações ideológicas que o vinculam a uma abordagem racista<sup>8</sup>, definindo-o como um fenômeno que pressupõe a mistura das raças que dividem a espécie humana. Se hoje este é um termo polêmico e criticado exatamente por partir do pressuposto da existência de raças e de categorias herdadas da colonização, cujo conteúdo é mais ideológico que biológico, nossa intenção é problematizar esse conceito trazendo inicialmente algumas breves reflexões sobre sua longa história e ressaltando, em seguida, alguns dos diversos significados adquiridos ao longo dos tempos, especialmente no Brasil das décadas finais do século XIX.

Falar de mestiçagem remete, no senso comum, à existência de diferenças biológicas e culturais muitas vezes baseadas em interpretações sociológicas. Nem sempre foi assim, no entanto. Se formos pensar na Grécia ou na Roma antigas, por exemplo, constatamos que a mestiçagem –designando o cruzamento ou miscigenação entre populações biologicamente diferentes inerentes à própria história evolutiva da humanidade–, era indiferente à noção de raça. O conceito referia-se, neste contexto, à adesão a uma certa cultura ou à necessidade de integração política, social e cultural<sup>9</sup>.

---

referência, assim, ao antagonismo dos homens da ciência de 1870 que enxergavam as condições naturais do povo frente aos românticos idealistas que imitavam a Europa e mentiam ao povo.

<sup>6</sup> MUNANGA, Kabengele: *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, op. cit, p. 23.

<sup>7</sup> TENORIO TRILLO, Mauricio: *Elogio de la impureza: promiscuidad e historia en Norteamérica*, México, Siglo XXI Ed., 2023.

<sup>8</sup> Racialismo entendido como uma ideologia, uma doutrina sobre as diferenças humanas, muitas delas aparecem no século XIX e tornam-se centrais no debate político e intelectual até pelo menos a metade do século XX. Ver: TODOROV, Tzvetan: *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, Rio de Janeiro, Zahar, 1993; BANTON, Michael: *A ideia de raça*, op. cit.; MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.): *Raça como questão. História, ciência e identidades no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2010; MUNANGA, Kabengele: *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, op. cit.

<sup>9</sup> DIDIER, Beatrice: “Le Métissage de l’Encyclopedie à la Revolución: de l’Anthropologie à la Politique”, in *Métissage*, Tomo I: Cahiers Crlh-Ciraoui, nº 7, 1991, p. 13.

Até o século XVIII, a noção de gênero humano parecia definida a partir de uma ambiguidade: de um lado possuía um significado totalizante, que englobava todos os povos conhecidos; de outro, estes eram repartidos de maneira absolutamente assimétrica entre os bárbaros ou pagãos, que viviam nas trevas, e os cristãos que viviam sob a luz da civilização<sup>10</sup>. Até então, a palavra raça era utilizada para se referir ao conjunto de descendentes de um ancestral comum, com peso nas relações de parentesco, e não nas características físicas. Contudo, deve-se ressaltar que desde a chegada dos europeus à América, o encontro destes com os povos nativos e a consequente colonização, vai produzir classificações e hierarquias que passarão a justificar as práticas de dominação colonial.

As ideias iluministas e o advento da Revolução Francesa com a defesa da igualdade como um direito natural de todos os homens, trarão importantes transformações semânticas para o conceito de raça ao eliminar a ambiguidade apontada anteriormente e estabelecer novas bases filosóficas para se pensar a humanidade como uma totalidade. A partir de então, o que podemos chamar de moderno conceito de raça vai passar a fornecer a justificativa para a permanência das diferenças existentes entre as sociedades. A discussão sobre a origem do homem e a unidade da espécie humana é recolocada nesse contexto. De modo geral, havia os poligenistas que defendiam a existência de múltiplos e independentes centros de criação da raça humana, o que explicava as diferenças entre elas e o fato de apenas alguns povos apresentarem aptidões para alcançar a civilização. Desta maneira, nações como as americanas, que apresentavam um alto grau de mestiçagem a partir da mistura de raças que possuíam origens totalmente incompatíveis, estariam fadadas ao fracasso.

Havia ainda os monogenistas, que postulavam a existência de uma única origem para todo o gênero humano. Para estes o argumento étnico era o que justificava a diversidade entre os povos, condicionando e estratificando temporalmente as raças, cada uma delas apresentando um ritmo de evolução peculiar –mais lento ou mais rápido–, em direção a um futuro e um destino comuns, que seriam a civilização e o progresso. Desse modo, a crença na origem única da humanidade acaba convertendo a história da Europa e do ocidente em um modelo universal de desenvolvimento, cujos

---

<sup>10</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de: *Guerra e Paz, Casa-grande e senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, pp. 31-32.

diferentes estágios dariam a chave para o entendimento dos momentos específicos pelos quais passavam as diversas sociedades inseridas num mesmo tempo linear movimentando-se sempre para a frente.

Foi no século XIX, sob a égide da ciência, com o cientificismo oitocentista e com a ampla divulgação das novas teorias que os conceitos de raça e mestiçagem ganharão novos significados, relevância e centralidade. O conceito de raça deixa de ser definido por meio de fenômenos de ordem religiosa, linguística, jurídica ou cultural, e passa a assim ser por critérios biológicos e morfológicos. A apropriação social da teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (1809-1882) terá um enorme peso neste momento, ao consolidar a perspectiva da origem única da humanidade e ao embasar cientificamente a ideia de que a suposta hierarquia racial entre os homens era a expressão de um movimento evolutivo da espécie humana, definida pela sobrevivência dos mais aptos ao maior desenvolvimento de suas capacidades físicas, morais e intelectuais. Isto explicaria o porquê da expansão europeia e o seu “natural” domínio sobre os outros povos, já que os brancos europeus estavam na mais avançada posição enquanto os negros e índios encontravam-se nos níveis mais baixos dessa hierarquia.

Nas teorias evolucionistas e deterministas que ganharam terreno na Europa, em meados do século XIX, os mestiços apareciam geralmente como exemplo da degeneração, fruto do cruzamento de diferentes espécies. Havia os que, como Paul Broca (1824-1880), defendiam a ideia de que o mestiço, como a mula, não era fértil, e os teóricos deterministas, como o conde de Gobineau (1816-1882), H. Taine (1828-1893) e E. Renan (1823-1892), que lamentavam a extrema fertilidade dessas populações mestiças, as quais acreditavam ser responsáveis pela transmissão das características mais negativas das raças que se misturavam.

Deles, o conde Gobineau, autor do *Ensaio sobre a desigualdade dos homens* (1853), parece ter sido um dos que tiveram maior influência entre os intelectuais americanos, especialmente os brasileiros, além de ter estado no Rio de Janeiro como enviado francês por mais de um ano, entre 1869 e 1870. São conhecidas as suas observações sobre a população encontrada no Brasil “totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito, e

assustadoramente feia”<sup>11</sup>. Para ele o resultado da mistura de espécies humanas diferentes levava inevitavelmente à decadência e à degeneração das raças. No *Ensaio*, ele mostra-se extremamente cético em relação à crença inexorável no progresso. Esse pessimismo baseia-se num “paradoxo racial civilizatório” que postulava que quanto maior fosse a pulsão civilizatória de uma raça, tanto mais ela tenderia a assimilar outras e quanto mais absorvesse sangue estranho, mais enfraqueceria e decairia. A degeneração de uma raça não decorria assim da geografia, do clima, ou de outros elementos externos, mas da impureza racial que teria surgido como resultado do cruzamento entre duas raças essencialmente diferentes<sup>12</sup>. Daí a sua visão profundamente negativa do Brasil.

Essas teorias racistas, ao ganhar uma justificação biológica, passam a atribuir a determinados grupos humanos uma inferioridade inata que dificilmente seria transformada. Elas surgiam envoltas em um novo discurso, com a autoridade que a ciência lhe conferia, apresentadas como uma forma de conhecimento neutro, empírico e confiável. Lidas por intelectuais preocupados com os futuros destinos de suas nações e da América Latina, colocavam os dilemas já referidos de como conciliar a existência de uma população mestiça com a necessidade do continente de alcançar o progresso, a civilização e a modernização tão desejadas naquele final de século.

É bastante comum ao se pensar a mestiçagem no continente americano, deparar-se com a confusão entre o conceito biológico de miscigenação e o conceito cultural de transculturação ou aculturação e hibridismo. Serge Gruzinski aponta um caminho profícuo de reflexão nesta direção. Para ele a palavra mestiçagem designa as misturas que ocorreram em solo americano a partir do século XVI entre seres humanos, imaginários e formas de vida, oriundos de quatro continentes: América, Europa, África e Ásia. Já o termo hibridação se aplica às misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico –a Europa cristã, a Mesoamérica– e entre tradições que, muitas vezes, coexistem há séculos. “Mestiçagem e hibridação dizem respeito tanto a processos objetivos, observáveis em fontes variadas, como à consciência que tem deles os atores do passado, podendo essa consciência se

---

<sup>11</sup> RAEDERS, Georges: *O inimigo cordial do Brasil – o conde Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Este livro inclui a tradução de GOBINEAU, Arthur de: “L’émigration au Brésil: L’Empire du Brésil a l’Exposition Universelle de Vienne en 1873”, in *Le correspondant*, Paris, Waille, vol. jul./set., 1874.

<sup>12</sup> HOFBAUER, Andreas: *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*, op. cit.

expressar tanto nas manipulações a que eles se dedicam, como nas construções que elaboram ou nos discursos e condenações que formulam”<sup>13</sup>.

Também será comum, entre letrados do período, análises que, partindo de reflexões sobre a mestiçagem, estabelecerão profundas diferenças entre a América Ibérica ou Latina e a América do Norte, ou Anglo-saxã. Nesta última, para muitos, havia ocorrido uma separação radical entre brancos e negros, além do extermínio dos indígenas, o que teria lhe garantido um alto grau de pureza racial. Já na América Latina a mestiçagem entre brancos, índios e negros teria sido intensa e as consequências e heranças daí advindas eram avaliadas quase sempre negativamente e vistas como um obstáculo a ser superado. Neste sentido, surgiram teorias que, apropriando-se do vocabulário médico e científico, comparavam a América Latina a um corpo enfermo, com prognósticos nada animadores.

No caso do Brasil, a questão da mestiçagem esteve presente desde o período colonial, quando já se colocava o problema dos “estatutos de pureza de sangue” presentes em diversas instituições portuguesas que condenavam a mistura das raças. Na América portuguesa não chegamos a possuir uma estratificação racial como a do Vice-reino da Nova Espanha, que possuía mais de uma dezena de qualificações de mestiços que jogavam um papel importante na escala de privilégios e estigmas da época. No Brasil, a ascendência de sangue, mais do que a cor, possuía importância. Deve-se salientar, porém, que, entre meados do século XVII e fins do século XVIII, o problema racial era pensado, em grande medida, a partir de referências religiosas, configurando-se um racismo referenciado às ancestralidades, no qual se mesclavam noções étnicas e religiosas.

Nota-se, no século XVII, uma progressiva vinculação das noções de “impureza” e “desonra” a questões mediadas pela cor atribuída a um indivíduo e pela mestiçagem, em particular<sup>14</sup>. Pode-se afirmar, assim, que o estigma da “mancha de sangue”, que teve sua origem no início da época moderna, baseada em critérios religiosos, adquiriu novos significados a partir da experiência colonial escravista. Neste sentido, passam a ser estigmatizados e alvos da discriminação institucionalizada não só os cristãos novos e os

---

<sup>13</sup> GRUZINSKI, Serge: *O pensamento mestiço*, São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2001, p. 62.

<sup>14</sup> VIANA, Larissa: *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*, Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2007, p. 53.



mouros, mas também e cada vez mais os mulatos. A disseminação cada vez maior de uma população africana nas Américas, e em particular no Brasil no século XVII, ensejava, assim, novas condições para o processo de mestiçagem e requeria um maior número de medidas jurídicas que definissem mecanismos de controle e o status da população mestiça, escrava ou livre. A legislação do governo português para a sua porção colonial americana no Brasil não criou nenhuma restrição legal à mestiçagem, “mas introduziu o estigma do “sangue mulato” como mecanismo ideal de restrição das aspirações sociais dos mestiços”<sup>15</sup>.

A legislação aprovada no período pombalino (1750-1777) marca uma virada na organização política do Império colonial português e traz mudanças importantes nos estatutos de “pureza de sangue”. Como parte de um novo projeto colonial, ocorreu a incorporação jurídica de grupos antes estigmatizados como novos integrantes do corpo social. Inicialmente se retirou a “infâmia” ligada ao gentio da terra, seguida pelas determinações em relação aos súditos cristãos naturais da África Oriental e da Índia e, finalmente, foi abolida a distinção entre cristãos “novos” e “velhos”. Já o defeito associado ao “sangue mulato”, ao lado dos negros, manteve-se inalterado. Isso mostra a importância da escravidão na América Portuguesa e também demonstra o lugar da mestiçagem como relação social produtora de hierarquias.

A partir das décadas iniciais do século XIX, nos primórdios da construção do Estado nacional, o tema da mestiçagem ganha maior relevância, tendo se modificado seus significados, valoração e o sentido das interpretações sobre ele. É sabido que ele aparece pela primeira vez nesse contexto no texto *Como escrever a história do Brasil*, de Karl von Martius, vencedor do concurso promovido na década de 1840 pelo recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>16</sup>. Naturalista, viajante e botânico alemão, Martius afirmava que a chave para se compreender a história brasileira estava no estudo do cruzamento das três raças que formavam a nossa nacionalidade –a branca, a negra e a indígena– chamada por ele de “miscigenação racial”. A mescla entre as três raças cumpriria, para ele, o devir histórico do Brasil, transformando-o numa nação singular e ocidental.

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>16</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von: “Como escrever a história do Brasil”, in *Revista IHGB* (Rio de Janeiro), t. 6., 1844.

Ao longo do século outras expressões vão referir-se ao fenômeno sem usar o termo mestiçagem: “multiplicidade das raças”<sup>17</sup>, “povo mesclado e heterogêneo”<sup>18</sup>, “nação composta de raças estranhas”<sup>19</sup>, “amalgama do sangue, das tradições e das línguas”<sup>20</sup>. A questão da cor dos “brasileiros” e seus sentidos hierarquizantes herdados do Império português começam a aparecer com constância nos debates políticos, marcando a emergência de uma linguagem racial na política. Há um léxico profuso de designações raciais que aparecem na documentação como mamelucos, pardos, mulatos, pardos, homens livres de cor, caboclo, cabra, boçais, mouriscos, cristãos novos, crioulos, entre tantos outros. Nas listas de população deste período, por exemplo, as categorias de cor e condição aparecem quase sempre confundidas. Já no censo de 1872, a noção de raça, como critério de classificação independente da condição livre ou escrava, aparece consolidada, assim como o fato de contar a população mestiça – no sentido biológico – identificada como pardos ou caboclos<sup>21</sup>. Deve-se ressaltar, contudo, que por muitas décadas qualquer tentativa de classificação da população livre por critérios raciais continuou a ser percebida por muitos como armadilha hierarquizante e discriminadora, trazendo ameaças de (re)escravização<sup>22</sup>.

Como veremos, o tema da mestiçagem se tornará o centro do grande debate nacional, nas décadas finais do século XIX, quando os pensadores brasileiros se alimentarão de todo o referencial teórico construído pelo cientificismo oitocentista para teorizar e explicar a situação racial do país e propor caminhos para a construção de nossa nacionalidade, tida por quase todos como problemática por causa da nossa diversidade racial. A crise da monarquia e o fim do sistema escravista, em 1888, tornarão essa discussão mais urgente na medida em que os ex-escravizados negros se

---

<sup>17</sup> Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, *O Philantropo*, nº 76, de 13 de setembro de 1850, apud LIMA, Ivana Stolze: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 28.

<sup>18</sup> José Bonifácio de Andrade e Silva, *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sobre a escravatura*, Paris, Firmin Didot, 1825, p. 123-126, apud LIMA, Ivana Stolze: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, op.cit., p. 28.

<sup>19</sup> Leopoldo Cesar Burlamaque, apud Célia Azevedo, *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*, p. 43, apud LIMA, Ivana Stolze: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, op.cit., p. 28.

<sup>20</sup> José de Alencar, “Pós-escrito à segunda edição”, in *Iracema*, edição do Centenário, p. 244, apud LIMA, Ivana Stolze: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, op.cit., p. 28.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

<sup>22</sup> MATTOS, Hebe: *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

transformarão em potenciais cidadãos desta nação que se configura agora em novas bases. “Como imaginar racialmente a nação brasileira era definitivamente uma questão a ser enfrentada”<sup>23</sup>.

No entanto, deve-se ressaltar que o ideal de uma raça brasileira em formação com base na mestiçagem, vista como uma característica positiva, também ganhou terreno nesse período, juntamente com o incremento dos projetos de imigração e da permanência do ideal do branqueamento ainda como fim a ser alcançado. A ideia do brasileiro pardo/mestiço como metáfora da nação foi revisitada neste contexto abolicionista a partir de diversas perspectivas e assumida, principalmente, por intelectuais negros e pardos que se envolveram nas campanhas abolicionistas, caso de André Rebouças e outros como José do Patrocínio e Luiz Gama. Estes ampliaram ao máximo as possibilidades de uma abordagem não racista, ainda que racializada, da identidade nacional, muitas vezes utilizando suas próprias histórias de vida como exemplo. Nos seus discursos o fim da escravidão relacionava-se, intimamente com as questões raciais e a identidade nacional<sup>24</sup>.

Podemos dizer, assim, que as interpretações sobre o fenômeno da mestiçagem oscilaram neste período entre uma visão demonizada de um país inviável pela existência desse traço, e uma ideia mais positiva de que nele estavam a originalidade e a condição viabilizadora de um projeto de nação, dada pela mistura racial, muitas vezes associada à tendência ao branqueamento. Estes debates foram sempre mediados pela noção de raça, que naquele momento reunia aspectos biológicos e sociais que fundamentavam a construção de uma visão profundamente hierarquizada da sociedade brasileira.

### 3.- Mestiçagem, um conceito temporalizado

Pensar a questão da raça e da mestiçagem neste período permite ainda trazer à tona reflexões acerca da temporalidade e das experiências temporais vividas pelos homens e mulheres naquele tempo. A construção das nações americanas, no século XIX, se dá no contexto do devir de um novo tipo de consciência histórica, vinculada a uma

---

<sup>23</sup> MATTOS, Hebe: “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil” in: Keila GRINBERG e Ricardo SALLES (orgs.), *O Brasil Imperial* (vol. 3, 1870-1889), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2009, p. 26.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

concepção de tempo histórico linear e do progresso. O tempo adquire ele próprio uma qualidade histórica, que se dinamiza como uma força da própria história concebida como singular coletivo e que passa, então, a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo, percebido ele mesmo como fator de mudança, condição necessária de transformação. Foi este novo conceito de tempo, surgido a partir da segunda metade do século XVIII, que permitiu a emergência das experiências do progresso, da anacronia de histórias diferentes que ocorrem em um tempo cronologicamente idêntico, no qual a simultaneidade do não simultâneo passa a ser a experiência básica de toda a história que pode ser então interpretada universalmente<sup>25</sup>.

A história é, assim, temporalizada, passando a exigir um ordenamento segundo critérios temporais colocados sob a alternativa de progredir ou conservar, recuperar o tempo ou torná-lo mais lento; uma história cuja nova dinâmica exige categorias temporais de movimento, sempre voltada para o futuro, um futuro aberto, inteiramente novo, diferente do que ensinava toda a história anterior, mas que segue um curso linear do progresso em direção à civilização. Isto tem implicações importantes no terreno político e social, pois “a história universal se converte em um tribunal universal<sup>26</sup>”, que indica o desenvolvimento que se deve seguir, o progresso que deve ser impulsionado ou freado, segundo a posição que se adote politicamente no espectro dos possíveis projetos de futuro.

É com base nestas reflexões que formulo mais algumas questões. Como pensar as novas nações que surgiam nesse contexto e que deveriam fazer parte do rol das nações civilizadas, mas que tinham, para isso, que superar a herança da colonização ibérica, a natureza selvagem, o vazio, a ausência de leis, o peso da população majoritariamente ameríndia, escrava e mestiça, o “tempo do atraso”? Os políticos e letrados que tomaram para si a tarefa de construir estas nações tentaram responder a esses dilemas e para isso recorreram constantemente ao uso de conceitos como raça e mestiçagem, capazes de expressar tão bem os desafios dessas nações que pareciam condenadas a se inserir no tempo linear e acelerado do progresso e da civilização, mas que traziam em si as marcas do atraso, da barbárie, da selvageria. Seria possível superar este dilema?

---

<sup>25</sup> KOSELLECK, Reinhart: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, Contraponto Editora Ltda, 2006.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 290.

A hipótese é de que o conceito de mestiçagem, como todos os conceitos políticos neste período, sofre uma temporalização, e, estreitamente vinculado aos conceitos de civilização e de barbárie, será amplamente utilizado como categoria central nos diagnósticos sobre as nações nas Américas. Na maior parte das vezes, esses discursos raciais aparecem fortemente associados a diagnósticos negativos e pessimistas, que justificariam a barbárie, a desordem, o sentimento de viver “fora do tempo” ou em um tempo “atrasado” em relação ao tempo acelerado das nações civilizadas; outras vezes, aparecem associados a uma singularidade carregada de promessa, de possibilidades de alcançar a civilização, o progresso, a ordem e a modernidade, muitas vezes via branqueamento. O conceito de mestiçagem aparece, assim, temporalizado, carregado de projeções, imaginações, expectativas, valores e relacionado a diferentes temporalidades e experiências temporais.

Neste sentido, a temporalização desse conceito, só foi possível nesse período pela sua inserção em um novo horizonte político e social que expressa um novo tipo de consciência histórica. Esta está vinculada, como dito anteriormente, a uma concepção de tempo histórico linear e do progresso, que permite pensar a configuração racial da América Ibérica como elemento que a faz estar “fora do tempo” ou em um tempo “atrasado” em relação ao tempo acelerado das nações civilizadas.

Trabalhar com a mestiçagem como um conceito polissêmico, com suas múltiplas dimensões simbólicas e temporais traz muitos desafios. Entre eles o trabalho com discursos e com a linguagem política de letrados e políticos da época que construíram todo um pensamento sobre as especificidades dessa América de colonização Ibérica, que se traduziram em ações políticas concretas para a sua transformação. É o que faremos a seguir com a análise do conceito de mestiçagem e as diversas experiências de temporalidade a ele associadas nos textos do letrado brasileiro Sílvio Romero em seu livro *História da Literatura Brasileira*.

Estes textos não estão aqui mobilizados por “representarem” a essência do pensamento ou do ideário deste personagem. Enquanto fontes para uma história dos conceitos são apreendidos como produtos de condições específicas que tornaram possíveis certas experiências. No caso em questão, importa perceber como tais textos nos fornecem indícios e sintomas que nos ajudam a compreender como se tornaram

possíveis as experiências históricas e temporais nas quais Sílvio Romero esteve envolvido.

#### 4.- O Brasil mestiço de Sílvio Romero

O intelectual brasileiro Sílvio Romero<sup>27</sup> (1851-1914), pertence à chamada geração de 1870, que viveu um ambiente intelectual profundamente marcado pelas teorias que imperavam na Europa da época, como os determinismos cientificistas –geográficos, raciais, de Gobineau e Buckle–, o evolucionismo de Spencer e Darwin, o positivismo de Taine, entre outros. Esta geração, marcada por uma situação de marginalização política e pela oposição à geração romântica, vai elaborar as primeiras grandes manifestações de interpretação da realidade nacional e desenvolver uma série de teorias, ideias e diagnósticos sobre a nossa formação histórica, num momento de crise do Império e de intensificação das campanhas abolicionistas. Suas ideias serão fruto de uma original apropriação das teorias estrangeiras em voga, em diálogo com toda uma tradição imperial, que tinha como base um regime político monárquico aristocrático, uma economia escravista, o catolicismo hierárquico e o indianismo romântico, com a qual apresentavam profundas rupturas, mas também continuidades<sup>28</sup>. O diagnóstico desta geração era de que o Brasil estaria vivendo uma grave crise que abalava os alicerces

---

<sup>27</sup> Sílvio Romero (Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero), crítico, ensaísta, folclorista, professor e historiador da literatura brasileira, nasceu em Lagarto, no estado de Sergipe, em 21 de abril de 1851, e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1914. Em 1863, partiu para a Corte no Rio de Janeiro, a fim de fazer os estudos preparatórios no Ateneu Fluminense. Em 1868, regressou ao Norte e matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Formou junto com outros jovens intelectuais, a Escola do Recife, em que se buscava uma renovação da mentalidade brasileira. Já colaborava então em vários jornais, entre eles, o Diário de Pernambuco, A República, O Liberal, entre outros. Atraído pela política, elegeu-se deputado à Assembleia provincial de Sergipe, em 1874, mas logo depois renunciou à cadeira. Regressou ao Recife para tentar tornar-se professor de Filosofia no Colégio das Artes. Em fins de 1875, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde obteve notoriedade, especialmente como crítico literário. Em 1880 prestou concurso para a cadeira de Filosofia no Colégio Pedro II, conseguindo-a com a tese “Interpretação filosófica dos fatos históricos”. Fez parte também do corpo docente da Faculdade Livre de Direito e da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Entre 1900 e 1902 foi deputado provincial e depois federal pelo Partido Republicano. Nesse último mandato, foi escolhido relator da Comissão de revisão do Código Civil e defendeu, então, muitas de suas ideias filosóficas. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundador da Academia Brasileira de Letras, sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e de diversas outras associações literárias. Polemista combativo e panfletário, Sílvio Romero desenvolveu intensa atividade como escritor e jornalista. Sua extensa obra aborda variados temas ligados à cultura popular e ao folclore, à filosofia, à sociologia, literatura e política.

<sup>28</sup> Ver: TURIN, Rodrigo: *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista* (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 2005; e ALONSO, Angela: *Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil- Império*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

dessa tradição imperial e impunha a necessidade de reformas que pusessem o país na marcha do progresso e da civilização moderna ocidental.

Nesse contexto do final dos anos 1880, Sílvio Romero escreve no Prólogo da 1ª edição de sua *História da Literatura Brasileira*, que “o momento político e social é grave, é gravíssimo”<sup>29</sup>. Note-se que ele data este texto, nos dias 18 e 19 de maio de 1888, portanto alguns dias depois da assinatura da lei que põe fim à escravidão no Brasil. Ele, que havia se envolvido em intensas polêmicas com os abolicionistas, aproveita para justificar-se da sua defesa da “emancipação autonômica e popular” e fazer a sua análise do momento que vive o país<sup>30</sup>. Segue enumerando nossos problemas:

“pela face política –federalismo, república e organização municipal; pela face econômica– o velho e temeroso problema da emancipação dos escravos está substituído por três outros –o aproveitamento da força produtora do proletariado, a organização do trabalho em geral, a boa distribuição da propriedade territorial; pelo lado social– colonização estrangeira, grande naturalização, reforma do ensino teórico e técnico”<sup>31</sup>.

Romero defende a adoção de uma república unitária, que acha mais compatível com a unidade política e étnica que caracteriza o Brasil. Também já demonstra a sua profunda vinculação e imersão numa experiência de tempo histórico moderno ao proferir uma de suas mais famosas sentenças: “O Brasil é um país ainda em via de formação; nunca é demais esclarecer o seu futuro”<sup>32</sup>. Seu olhar era, portanto, o de um pensador que olhava para um futuro aberto, novo, prenhe de possibilidades, a partir de um presente em formação, e que, pela oposição à geração romântica, reivindicava também uma nova visão do passado.

Com a iminência do fim da escravidão e com a possibilidade da República como modelo político alternativo aparecendo no horizonte de expectativas dessa geração de 1870, responder à questão de quem constituía o *povo* passa a ser uma prioridade: “quem era o brasileiro?”, “o que o caracterizava?” Tratava-se de um processo de reescrita da história, tendo como objeto histórico privilegiado o *povo*, entendido agora não apenas como a “boa sociedade imperial”, mas, principalmente, com a inclusão dos grupos

<sup>29</sup> ROMERO, Sylvio: *História da literatura brasileira*, op.cit., Tomo I, p. XII.

<sup>30</sup> Sílvio Romero era um liberal que acreditava que a emancipação deveria ocorrer sem a intervenção do Estado pois ela acabaria por conta da dinâmica modernizadora do processo produtivo que tornaria a escravidão obsoleta.

<sup>31</sup> ROMERO, Sylvio: *História da literatura brasileira*, op. cit., Tomo I, p. XIII.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

populares que habitavam o território nacional<sup>33</sup>. A ênfase agora estava não mais na convivência harmônica entre as diferentes raças como havia apontado Martius, mas na mistura entre elas, o que implicava necessariamente uma reconfiguração das hierarquias que permeavam a sociedade brasileira.

Como veremos, Sílvio Romero leva adiante esse projeto de tornar o povo seu objeto privilegiado da história da nação: “Entre nós o que há de organizado é o Estado, não é a nação; é o governo, é a administração (...) não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo”<sup>34</sup>. Este povo, para Romero, estava representado na figura do mestiço, resultado do que ele denomina como um processo de *mestiçamento*<sup>35</sup>.

O livro *História da Literatura Brasileira*, foi publicado originalmente em dois volumes. No primeiro, que tem um caráter mais teórico e extra-literário, Romero busca destacar os fatores que considera determinantes na formação cultural brasileira, além de analisar a produção literária e cultural do país de 1500 aos anos 1830. Já o segundo volume analisa a produção do período que ele chama de “Terceira época ou período de transformação romântica” que vai de 1830 até aproximadamente a data de sua publicação. Na segunda edição, publicada em 1902, Romero mantém esta estrutura, que aparecerá reformulada a partir da terceira edição, publicada em 1943. A partir daí, a obra foi editada sob a responsabilidade de seu filho, Néilson Romero, tendo sido ampliada com o acréscimo de textos posteriormente publicados.

Neste livro, mais do que contar a história da literatura brasileira, Romero pretendeu narrar e explicar o Brasil<sup>36</sup>, em suas próprias palavras; “são precisos tentamens destes para explicar o espetáculo da vida brasileira”<sup>37</sup>. A crítica literária tinha para ele um caráter instrumental pois tratava-se de tomar a literatura como via de acesso para a compreensão do ‘caráter nacional’ brasileiro, tema que o persegue em toda a sua obra<sup>38</sup>. Muitos dos grandes leitores de Sílvio Romero como Sergio Buarque de

---

<sup>33</sup> TURIN, Rodrigo: *Narrar o passado, projetar o futuro*, op. cit.

<sup>34</sup> ROMERO, Sílvio: *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, op. cit., p.357.

<sup>35</sup> ROMERO, Sílvio: *História da literatura brasileira*, op. cit., p. 4.

<sup>36</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz: “O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX”, em *Projeto História*, nº 42, 2011, pp. 163-183.

<sup>37</sup> ROMERO, Sílvio: *História da literatura brasileira*, op. cit., p. 4.

<sup>38</sup> VILHENA, Luis Rodolfo: *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, Rio de Janeiro, FUNARTE/Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 129.



Holanda, Antonio Cândido, José Guilherme Merquior e Roberto Ventura concordam no fato de que sua obra constitui-se mais que tudo numa original e ambiciosa análise sobre a cultura e a sociedade brasileira. Como escreve Antonio Cândido:

“De maneira quase decepcionante, Sílvio Romero crítico literário é alguém que só consegue ver, para lá da literatura, o seu caráter de documento da sensibilidade ou da sociedade, - com a conseqüente birra pelas considerações de ordem estética, no fundo inacessíveis à sua insensibilidade neste setor e que ele costumava enquadrar na chave da masturbação mental”<sup>39</sup>.

Para Romero, naquele momento, a história do Brasil não deveria mais ser compreendida nem como a história exclusiva dos colonizadores portugueses na América, nem como a história dos tupis, como queriam os românticos, nem como a história dos negros no Novo Mundo. Deveria ser entendida como resultado do cruzamento desses elementos. Tratava-se de pensar a originalidade da nação brasileira, ordenando temporal e hierarquicamente seus componentes, ou como propõe Turin, pensá-la como “a descrição da formação temporal do brasileiro pelo contato de elementos dispersos em uma unidade aparentemente coerente”<sup>40</sup>.

Sua proposta de pensar a história da formação de um tipo novo, o mestiço, seria fruto da ação de cinco fatores: o português, o negro, o indígena, o meio físico e a imitação estrangeira:

“Para tanto é antes de tudo mister mostrar as relações de nossa vida intelectual com a história política, social e econômica da nação; será preciso deixar ver como o descobridor, o colonizador, o implantador da nova ordem de coisas, o português em suma, foi-se transformando ao contato do índio, do negro, da natureza americana, e como, ajudado por tudo isso e pelo concurso de ideias estrangeiras, se foi aparelhando o brasileiro, *tal qual ele é desde já e ainda mais característico se tornará no futuro*”<sup>41</sup>.

Com relação à imitação, ele a via no passado –entendida como influência– como tendo sido um fator negativo na formação do brasileiro, mas tanto no presente quanto no futuro, se ela passasse a ser vivida como um processo de seleção consciente, voltada para a emancipação política e cultural, se tornaria um fator positivo. “Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se

<sup>39</sup> CÂNDIDO, Antonio (org.): *Sílvio Romero. Teoria, crítica e história literária*, São Paulo, EDUSP, 1978, p. XXV.

<sup>40</sup> TURIN, Rodrigo: *Narrar o passado, projetar o futuro*, op. cit., p. 120.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 6, grifos meus.

compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica”<sup>42</sup>.

O mesmo ocorria com o meio físico que, apesar de visto por muitos como nocivo para a formação das qualidades nacionais, poderia ser minimizado e tornar-se positivo por meio da ação da ciência<sup>43</sup>. “Se o clima não criou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui imigradas, ele as pode modificar e modifica efetivamente. (...) A política e a ciência brasileiras têm aí diante um problema a solver e a dirigir”<sup>44</sup>. Esses dois fatores –a imitação e o meio físico– seriam uma espécie de pano de fundo para o fenômeno do cruzamento dos diferentes grupos étnicos, resultando no produto original do mestiço.

Romero aponta a mestiçagem como uma realidade inescapável, um destino inexorável, um estado atingido através da adaptação e seleção, dentro de um processo de evolução progressiva e a define como o fenômeno étnico brasileiro por excelência, um traço fundamental na formação de nossa nacionalidade, um fator de autenticidade, “a forma nova de nossa diferenciação social”<sup>45</sup>. Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, Romero não considerava essa mistura degenerativa, via na miscigenação uma contribuição para civilizar as “raças inferiores”. Para ele, a mestiçagem teria contribuído para o progresso, na medida em que possibilitou a “integração” dos “povos atrasados” à civilização, tornando as populações mestiças do Brasil, embora “atrasadas”, inseridas à temporalidade ocidental<sup>46</sup>.

No entanto, Romero mantém uma atitude ambígua em relação a este traço. Alterna esta visão positiva com uma visão de fundo racalista e negativa, como um mal inevitável, porém sempre como um traço constitutivo de nossa formação. Para ele, nossa singularização como nação e a emergência de uma cultura brasileira original, seriam o

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>43</sup> Um dos mais influentes pensadores nas reflexões de Sílvio Romero é Henry Buckle (1821-1862), a quem dedicou um capítulo de seu livro *História da Literatura Brasileira*, no qual discute sua filosofia da história e seu determinismo geográfico. Buckle reservou uma parte de seu livro *História da Civilização na Inglaterra* ao Brasil, na qual, mesmo sem nunca ter visitado o país, analisa seus aspectos climáticos, topográficos e hídricos para deduzir que no Brasil a vegetação era tão vigorosa que acabava produzindo homens apáticos e mentalmente prejudicados, que não poderiam alcançar o progresso e a civilização sem o contato com os europeus. Romero dissecou os argumentos desse autor para apontar concordâncias e o que ele chama de equívocos e concluiu que “Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores”. ROMERO, Sílvio: *História da literatura brasileira*, op. cit., p. 41.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>46</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz: “O Brasil de Sílvio Romero...”, op. cit., p. 173.

resultado da evolução racial e se completariam quando estivesse encerrada a fusão dos elementos díspares. Essa fusão, contudo, não tornaria indistintos esses elementos, pois os traços originais ainda poderiam ser percebidos. Éramos uma raça em formação. Faltavam-nos uma série de características sociais. “O país poderia falhar o seu destino como nação, mas não escaparia do movimento geral da história que o incorporaria de qualquer maneira, sob uma forma que o diminuiria”<sup>47</sup>.

Romero defendia a vinda de “levas de imigrantes” a fim de modernizar o país. Dentro desse mesmo desenvolvimento o autor antevia a perspectiva de um branqueamento final, teoria que foi o primeiro a expor no Brasil. Romero afirma: “Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela imigração europeia, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca”<sup>48</sup>. Acreditava que por meio da miscigenação das raças tidas como inferiores com as melhores raças brancas superiores, se chegaria, por uma espécie de seleção natural, a um tipo racialmente mais branco e mais evoluído do que as outras raças não brancas. Este processo já estava ocorrendo no Brasil devido a alguns fatores como a tradição portuguesa de cruzamento inter-racial, a pouca fertilidade dos negros e mulatos e a imigração.

Romero acreditava na origem poligenista do homem, na hipótese do autoctonismo das raças americanas, na desigualdade natural das raças e que os brancos estariam no topo da hierarquia humana. “O lugar de honra deve ser dado ao português, porque ele, sem ser o único, é o principal agente de nossa cultura”<sup>49</sup>. Ainda, para Romero, devíamos ao português o nosso vínculo a uma raça europeia branca pertencente ao “grande grupo de povos da civilização ocidental”<sup>50</sup>. Ao mesmo tempo, pertencendo nossos colonizadores ao grupo dos povos ibero-latinos, que ocupam a posição hierárquica mais baixa na escala europeia, eles teriam nos trazido também características negativas.

Quanto aos indígenas, diferentemente dos românticos, Romero não os considera o elemento mais importante na constituição da singularidade do brasileiro. Ao considerar o “estado intelectual e moral” dos índios do Brasil, no que diz respeito às

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.15.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.60.

suas crenças religiosas, suas ideias políticas e sociais e às suas indústrias, considera-os vivendo temporalidades diversas: “Na ordem das armas e dos utensílios o índio estava na idade da pedra; na esfera das indústrias era caçador; nas ideias religiosas estava no período do teologismo puro, no segundo momento do fetichismo –a astrolatria”<sup>51</sup>. Em relação à raça branca superior, no entanto, estavam sempre atrasados: “A grei cabocla, encarada por todas as faces por que pode ser pela ciência, à luz de ideias sãs e longe do influxo de caducos prejuízos, achava-se em um dos mais remotos degraus da escala da civilização”<sup>52</sup>.

Romero dedicou muitas páginas a investigar a mentalidade dos povos originários da terra, passando por aspectos minuciosos da língua, da questão da guerra, das crenças religiosas, da organização social e diversos outros aspectos culturais. A referência utilizada para dimensionar os estágios evolutivos dos povos originários é sempre a Europa e estes, apesar de vistos de maneira bastante negativa, não deixam de ser parte das condições naturais que permitiram à história da nação brasileira constituir-se com a marca da originalidade mestiça.

Romero reconhecia a centralidade da presença da raça negra, mais do que a dos indígenas e defendia a importância dos negros na formação brasileira como um traço da nacionalidade, como parte da história e da cultura popular brasileira, mas corroborando, no entanto, a tese científica da sua inferioridade e de seu atraso na escala temporal do progresso e da civilização. Escreve: “São gentes ainda no estágio do fetichismo, brutais, submissas e robustas”, mas ao mesmo tempo afirma: “Ao negro devemos muito mais do que ao índio; ele entra em larga parte em todas as manifestações de nossa civilidade. Cruzou-se muito mais com o branco”<sup>53</sup>. Via-os, por tanto, adaptáveis ao meio americano, suscetíveis de aprender e de conviver com os brancos.

Em contraponto aos indígenas “fracos, improdutivos e rebeldes”, Romero descreve os africanos como “robustos, ágeis e domáveis”. Nas palavras do próprio autor “o índio, em geral, foi um ente que se viu desequilibrado e feneceu; o negro um auxiliar do branco que prosperou”<sup>54</sup>, isto é, a raça que ajudou o português a repelir o selvagem. A própria escravidão contribuiu para vincular mais ainda os pretos aos brancos,

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, pp. 69-70.

<sup>52</sup> *Ibidem*.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 90.

sobretudo as escravas que serviam dentro do ambiente familiar dos brancos. Para Romero, o serviço doméstico era parte da condição histórica da escravidão que permite o cruzamento natural, o surgimento de laços: o mestiço. Sendo assim, o negro teria até mesmo influenciado em nossa vida íntima, bem como na difusão de costumes.

Pensava que os negros estariam condenados a desaparecer ou a diminuir a sua presença devido à imigração europeia que traria o branqueamento ao país. É conhecida a afirmativa de Sílvio Romero “o Brasil não é, não deve ser, o Haiti”, na qual queria assinalar não o temor de uma rebelião escrava, mas sim uma eventual africanização da população brasileira, dado seu reconhecimento da inferioridade dos negros. Para ele, o Brasil deveria caminhar na direção de constituir uma civilização branca e moderna e não africanizar-se como o Haiti. Isto não impediu o seu anti-escravismo, baseado no liberalismo e na retórica do progresso, no nacionalismo e no cientificismo racista, e a denúncia de que a escravidão era economicamente irracional e atrasada.

Podemos dizer, assim, que naquilo que se refere à contribuição dos negros e indígenas para a “formação nacional” é verdade que Romero valoriza mais o primeiro, e no entanto, quando compara o desenvolvimento desses dois povos, o indígena se encontraria em um estágio “mais evoluído”. Elencando seus estágios de desenvolvimento a partir dos estudos de Auguste Comte, os negros transportados para o Brasil se encontravam no primeiro momento do fetichismo na fase primordial da idade teológica. Estes foram os mesmos estudos que Romero utilizou para medir o desenvolvimento dos nossos povos nativos, representantes da astrolatria, período mais avançado do estado fetichista<sup>55</sup>.

Ao analisar assim “o espetáculo nacional” do presente miscigenado do Brasil, com portugueses, indígenas, negros e mestiços, Romero parte do reconhecimento tanto da presença quanto da sobreposição de camadas do tempo e seus diferentes estágios de desenvolvimento, pois enxerga-os vivendo em estágios diferentes na mesma linha do tempo linear do progresso. Isto só é possível pela sua inserção no tempo histórico, que permite a experiência da anacronia de histórias diferentes que ocorrem em um tempo cronologicamente idêntico. Logo a mistura também é dos próprios e diferentes estratos do tempo. O brasileiro é o mestiço, que ao longo de gerações, se aperfeiçoará

---

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 56.

apresentando-se no futuro em sua versão mais branca possível, assim como será original e inconfundível, pois nasce da mistura.

Note-se que, no Brasil, o discurso racial veio a fornecer uma base científica para a manutenção das hierarquias neste momento em que a escravidão estava em crise devido ao fortalecimento do movimento abolicionista. Neste sentido, o argumento de que o mestiço, tal qual entendido por Romero, não resultava no final em uma fusão que apagava as diferenças de seus elementos originais, mas na manutenção de suas marcas, reforça esse movimento de manutenção da hierarquização existente na sociedade brasileira. Cabia ao português –por ser o elemento que nos liga à civilização europeia, e ao negro– pela sua contribuição à efetivação da adaptação da raça branca ao meio, os lugares de destaque<sup>56</sup>.

Além disso, havia a possibilidade da desejável miscigenação entre os imigrantes europeus e os brasileiros formados na “mescla índio-áfrico-portuguesa”. Assim, a mestiçagem e a imigração juntas fariam a “forma branca prevalecer”. Nesse sentido a imigração europeia era desejável, não apenas por engrossar o contingente populacional branco, mas por infundir cultura europeia, ética do trabalho, espírito de poupança e acúmulo, progresso. Apesar disso, Romero não queria que a entrada maciça de estrangeiros perturbasse a “essência mestiça e latina” que marcava a singularidade histórica do Brasil. Por isso, embora admirador da cultura germânica, expressava um crescente mal-estar em relação à imigração alemã e defendia a vinda de imigrantes portugueses “porque ali estaria a originalidade do país, sedimentada historicamente em uma população cuja herança luso-brasileira e mestiça conferia a este uma essência singular, adaptada aos trópicos, sobre a qual se assentaria a nacionalidade brasileira”<sup>57</sup>. Romero acreditava, assim, que vivíamos um branqueamento evolutivo e darwiniano e via a imigração europeia branca, como futuro e solução.

A maneira como Sílvio Romero pensou a questão da mestiçagem variou ao longo de sua obra. Pode-se dizer que ela passa de uma visão otimista em relação ao resultado do branqueamento via mestiçagem presente nos anos 1880, para um marcado pessimismo quanto ao futuro da nação. A título de exemplo, em seu livro *Martins Penna*, ensaio crítico publicado em 1901, ele revê a sua tese sobre o mestiçamento desenvolvida

---

<sup>56</sup> TURIN, Rodrigo: *Narrar o passado, projetar o futuro*, op. cit.

<sup>57</sup> SCHNEIDER, Alberto Luiz: “O Brasil de Sílvio Romero...”, op. cit., p. 181.

no livro *História da Literatura Brasileira* e passa a ver o mestiço como uma desvantagem que provem “da *fraqueza* do produto, da inferioridade do resultado”<sup>58</sup>, um mal fatal e irremediável.

## 5.- Considerações finais

A título de conclusão, podemos dizer que Romero não limita os conceitos de raça e mestiçagem a seus sentidos estritamente biológicos, étnicos e científicos, assumindo estes também um forte significado histórico-cultural. A raça é mantida como o principal fator de hierarquização entre os indivíduos e grupos sociais, e a América é pensada como um grande laboratório racial. Mas, ao mesmo tempo, ele se afasta dos argumentos de autores, como Agassiz e Gobineau, que praticamente sustentavam a inviabilidade dos países e do continente americano, tendo como base a ideia de que a mestiçagem levava inexoravelmente à esterilidade cultural e biológica, comprometendo irremediavelmente qualquer esforço de civilização. Isso se torna possível porque a mestiçagem passa a ser considerada como envolvida em um processo de branqueamento pelo qual se poderia assegurar um gradual predomínio dos caracteres brancos sobre os negros e índios, tendo sempre como base a crença na supremacia branca. Caminhando nesta direção, Romero faz com que a mestiçagem deixe de ser a responsável pela nossa ruína, para se converter num instrumento civilizatório, num mecanismo capaz de garantir a redenção e o ingresso na trilha do progresso.

Romero tentava, assim, responder ao dilema que praticamente sustentava a inviabilidade dos países e do continente americano e projetava um futuro promissor. “O povo brasileiro não é, pois, um povo feito, um tipo étnico definido, determinado original. Poderá vir a sê-lo um dia, e nós o cremos; esta é a obra dos séculos por vir”<sup>59</sup>. Encontrava assim um meio de inserir a nação brasileira e o continente americano na história e no tempo histórico modernos, reconhecendo no mesmo movimento aquilo que os diferenciava: o mestiço. Garantia assim o futuro nacional, que era possibilitado pela experiência da simultaneidade do anacrônico. Tratava de elaborar o passado e o

---

<sup>58</sup> ROMERO, Sylvio: *Martins Penna* (Ensaio Crítico), Porto, Livraria Chardron, 1901, p. 159

<sup>59</sup> ROMERO, Sylvio: *Estudos sobre a poesia popular do Brazil*, op.cit., p. 355.

presente para, à luz do cientificismo racialista, modificá-los apontando para um futuro distinto, moderno, civilizado e novo.

### Fuentes primarias

- ROMERO, Sylvio: *Introdução à história da literatura brasileira* (1º vol.), Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1882.
- *Estudos sobre a poesia popular do Brasil (1879-1880)*, Rio de Janeiro, Typographia Laemmert & C., 1888.
  - *Martins Penna* (Ensaio Crítico), Porto, Livraria Chardron, 1901.
  - *História da literatura brasileira* (2ª ed.), Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro-Editor, 1902 (2 v.).
  - *Passe recibo. Réplica a Theophilo Braga*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1904.

### Bibliografia

- ALONSO, Angela: *Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen: *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 1930*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- BANTON, Michael: *A ideia de raça*, Lisboa, Edições 70, 2010.
- CÂNDIDO, Antonio (org.): *Sílvio Romero. Teoria, crítica e história literaria*, São Paulo, EDUSP, 1978.
- DIDIER, Beatrice: “Le Métissage de l’Encyclopedie à la Revolution: de l’Anthropologie à la Politique”, in *Métissage*, Tomo I: Cahiers Crlh-Ciraoi, nº 7, 1991, p. 13.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.): *O Brasil Imperial* (vol. 3, 1870-1889), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2009.
- GRUZINSKI, Serge: *Opensamento mestiço*, São Paulo, Ed. Cia das Letras, 2001.
- HOFBAUER, Andreas: *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*, São Paulo, UNESP, 2006.
- KOSSELLECK, Reinhart: *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio; Contraponto Editora Ltda, 2006.



LIMA, Ivana Stolze: *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.): *Raça como questão. História, ciência e identidades no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2010.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von: “Como escrever a história do Brasil”, in *Revista IHGB* (Rio de Janeiro), t. 6, 1844.

MATTOS, Hebe: *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

- “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil”, in Keila GRINBERG e Ricardo SALLES (orgs.), *O Brasil Imperial* (vol. 3, 1870-1889), Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2009, pp. 15-37.

MUNANGA, Kabengele: *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus identidade negra* (5ª ed.), Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2020.

RAEDERS, Georges: *O inimigo cordial do Brasil – o conde Gobineau no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SCHNEIDER, Alberto Luiz: “O Brasil de Sílvio Romero: uma leitura da população brasileira no final do século XIX”, em *Projeto História*, nº 42, 2011, pp. 163-183.

SKINNER, Quentin: *Lenguaje, política e História*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, Editorial, 2007.

TENORIO TRILLO, Mauricio: *Elogio de la impureza: promiscuidad e historia en Norteamérica, México, Siglo XXI Ed.*, 2023.

TODOROV, Tzvetan: *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*, Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

TURIN, Rodrigo: *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista* (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 2005.

VIANA, Larissa: *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa*, Campinas, São Paulo, Editora UNICAMP, 2007.

VILHENA, Luis Rodolfo: *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*, Rio de Janeiro, FUNARTE/Fundação Getúlio Vargas, 1997.